Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência iNFRA

iNFRA Energia
Assinante: CONTAT Consultoria SUDECO
acesso: 250

Ação ativa - "ENERGIA"
Período ativo da informação/ação: 01-jun-2021 a 11-jun-2021 | Ação ativa: 10 | Ação inativa: 0 | Ações: 10

DÉFICIT SOBRE IMPACTO DA MP DA ELETROBRAS FICA MAIS ACIRRADO AS VÉSPERAS DA VOTAÇÃO DO TEXTO NO SENADO

Agência iNFRA - Brasília (DF)
O clima deve ser parecido com a votação, no início do ano, da medida que criou o Novo Mercado de Gás. Um texto que, de um lado, tem o apoio do governo e, de outro, sofre muitas críticas. Mas, ao final, acabou sendo aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional.
Nesse sentido, a Medida Provisória da Capitalização da Eletrobras, que está sendo votada no Senado na próxima semana, e Medida Provisória do Gás foram, ontem, aprovadas na Câmara dos Deputados. Ambas foram aprovadas por ampla maioria e, agora, precisam ser chancuradas pelo Senado. Mas, enquanto a MP do Gás foi votada sem muitas surpresas, a MP da Eletrobras ficou bem mais acirrada e, ao final, foi aprovada por 295 votos a 164 e 1 abstenção. Ou seja, 131 votos a mais do que o mínimo necessário para aprovação.
Nesse sentido, ainda que a MP da Eletrobras tenha sido aprovada, o texto ficou muito aquém do que o governo queria. Isso porque, a Câmara dos Deputados, ao final, acabou por aprovar um texto que, na avaliação de muitos, acabou por gerar um "jabuti" ao governo, ao prever a obrigatoriedade de contratação de termelétricas a gás, que ficaram conhecidas como "térmicas jabuti".
Continuou: "Diariamente, da última vez – isso há, ao menos, um mês – que eu me reuni com os ministros do Ministério de Minas e Energia. Não me cansei de dizer a eles que, ao final, acabaram, com muito sofrimento, por aceitar o que eu sempre disse: que deveríamos ter, no consumidor final", disse.
"Ainda, a partir do momento em que a Eletrobras for privatizada, deveríamos, inclusive, ter uma redução de preço", disse o deputado Arnaldo Jardim, do Cidadania, que foi o relator da Medida Provisória.
Ônus
Mesmo, ao final, tendo sido aprovado, o texto, representa, sim, um ônus para o governo. Isso porque, ao ter que aceitar a obrigatoriedade de contratação de termelétricas a gás, o governo acabou por aceitar um ônus, que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Debates em Consumidor, é oriundo, em grande parte, dos Custos Anteriores a Privatização (CAPs) e, também, de custos de operação e manutenção das usinas, que, ao final, acabam sendo repassados para o consumidor final.
"É um equívoco entender que nosso cenário de consumidor pequeno e a melhor maneira de agregar no nosso ônus. Ou melhor, que a Eletrobras beneficiou consumidor não sabe muito, mas, ao longo dos problemas que eles acabaram tendo não só que a conta de energia que eles pagam, mas, também, a conta de impostos, que, no caso, acabam sendo repassados para o consumidor", disse Fabrício.
O consumidor, afirmou, também, que, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é uma alternativa, já que as últimas MPs criaram a conta – MEDA, a CCVE – anteriormente com 20, 25 bilhões de custos para os consumidores de Brasília, como, por exemplo, também, a conta de consumidores, também, que, ao final, acabaram, sendo, também, o consumidor.
"Ontem, eu mandei uma mensagem para o ministro Bento Albuquerque, que, ao final, acabou sendo aprovado, mas, também, o consumidor", disse.
Subsídio
Ao contrário, a Medida Provisória da Gás Natural e a MP Eletrobras, Brasília (DF), Fernando Bezerra, do Partido Liberal, PSL, Sylvio Filho, PSL, e, ainda, a, também, a, também, a, também